

## ARQUEOLOGIA ROMANA E MEDIEVAL:

### As olarias romanas da margem esquerda do estuário do Tejo e a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal)

JORGE RAPOSO\*

#### Notas Prévias

Ao procurarmos corresponder ao amável convite da Universidade Aberta, a quem cabe o mérito da feliz iniciativa que deu origem a esta publicação (em boa hora secundada pela Câmara Municipal do Seixal), impõe-se que o texto, tal como sucedeu aquando da intervenção oral, seja antecedido de duas breves notas prévias.

Em primeiro lugar, entendemos o desafio que nos foi dirigido não no sentido literal que o título genérico divulgado pela organização daria a entender — “Arqueologia Romana e Medieval em Torno do Estuário do Tejo” —, implicando a síntese de uma ampla diacronia onde a informação disponível é ainda muito lacunar (e que talvez outros estejam em melhores condições para realizar), mas antes como uma oportunidade para divulgar dois projectos de investigação em curso que se enquadram no âmbito proposto: um sobre os centros de produção oleira de época romana até agora identificados na margem esquerda do estuário do Tejo, outro dedicado à necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro, no Seixal. É uma restrição óbvia que, todavia, se procurará reverter pela positiva ao objectivar o tema de forma que, eventualmente, terá resultado mais interessante e produtivo para os que assistiram ao evento e, espera-se, satisfaça igualmente os leitores das linhas que agora se dão à estampa.

\* Ecomuseu Municipal do Seixal

Por outro lado, o trabalho apresentado está longe de corresponder a um esforço individual. Pelo contrário, resulta de um forte empenhamento institucional da Câmara Municipal do Seixal, através do seu Ecomuseu, do Centro de Arqueologia de Almada, bem como da conjugação do saber e envolvimento pessoal de muitas companheiras e companheiros (parte dos quais com prazer se reencontraram na bela sala das caldeiras Babcock da antiga fábrica de cortiça Mundet) que, na coordenação dos projectos, no enquadramento técnico ou pela simples participação nos trabalhos de campo ou de gabinete, contribuíram decisivamente para a acumulação de um conhecimento que hoje é possível difundir em iniciativas como esta, de modo a garantir a sua indispensável circulação no meio científico e, em última instância, na comunidade em geral.

### **Arqueologia romana**

O estudo da época romana justificou o desenvolvimento de um ambicioso projecto de investigação regional com incidência no baixo Tejo, materializado numa primeira fase de intenso trabalho de campo que se centrou no período de 1985 a 1991, quando se escavaram a fábrica de salga de Cacilhas (1987, Almada) e as olarias do Porto dos Cacos (1985-1990, Alcochete), Quinta da Garrocheira (1987, Benavente) e Quinta do Rouxinol (1986-1991, Seixal).

Sob a denominação de *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, que se manteve até 1996, este projecto<sup>1</sup> contou então com apoios pontuais do Instituto Português do Património Cultural/Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPC/IPPAR)<sup>2</sup>, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português da Juventude, embora fosse essencialmente suportado pelas câmaras municipais dos concelhos abrangidos e pelo Centro de Arqueologia de Almada, associação com largo historial de intervenção na zona.

Os resultados mais significativos foram obtidos nas olarias da Quinta do Rouxinol e do Porto dos Cacos (ver figura 1), quer em termos patrimoniais, uma vez que a primeira foi rapidamente classificada como Monumento Nacional e decorre processo idêntico para classificação da segunda, quer na perspectiva da interpretação científica, cultural e pedagógica das estruturas identificadas e do espólio recolhido. O reconhecimento, ao mais alto nível, da importância destes sítios decorre do seu valor intrínseco enquanto vestígios de um período que marcou fortemente as instituições, a cultura, a organização social, a língua e muitos outros aspectos do nosso quotidiano, mas também do



Infografia de Jorge Raposo - Ecomuseu Municipal do Seixal

FIGURA 1 – planta de localização das olarias romanas da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacós (Alcochete)

facto de até então se desconhecerem por completo os fornos de onde saíam a loiça doméstica e a cerâmica de construção que abasteciam uma já numerosa população na zona de *Olisipo* (Lisboa) e arredores e, principalmente, onde se produziam os contentores destinados às várias unidades de salga e preparação de peixe que, a partir de ambas as margens do estuário, alimentaram durante cerca de cinco séculos um intenso mercado exportador.

Da antiga Quinta do Rouxinol pouco mais resta que o topónimo, adoptado pela urbanização que, nos anos de 1970 e 1980, ocupou os terrenos que sustentaram gerações de agricultores. Uma palmeira isolada preserva a memória do local onde se ergueu o edifício principal, de modesta arquitectura popular, muito transformado pelo uso e já bastante arruinado no momento da demolição, a ponto de raros elementos arquitectónicos atestarem a presença da ermida dedicada a Santo António da Olaya, que há muito perdera o carácter de espaço religioso, embora tenha chegado a desempenhar funções temporárias de sede paroquial após o grande terramoto de 1755.

Contudo, a localização privilegiada na margem de um dos esteiros do Tejo é facilmente apreendida por quem observa a estreita faixa que resistiu junto ao rio, ainda que o sapal tenha conquistado parte daquela que durante séculos foi a principal via de acesso de pessoas e bens. A proximidade do moinho de maré de Corroios<sup>3</sup> recorda igualmente outras formas de utilização dos recursos naturais e das matérias-primas disponíveis, de há muito exploradas pela população local.

Isso mesmo pudemos constatar em 1986, no momento em que o acompanhamento de obras de saneamento básico revelou um forno de cerâmica de época romana (DUARTE 1990), descoberta que as escavações arqueológicas subsequentes alargariam a um segundo, aos vestígios de um eventual terceiro e, ainda, a uma outra pequena estrutura de combustão (ver figura 2). Adossados à areia de base e construídos essencialmente com pequenos tijolos paralelepípedicos, os fornos apresentam planta piriforme e estão ambos limitados à zona inferior das fornhalhas, aos corredores que a estas dão acesso e ao arranque das arcadas de suporte das grelhas, entretanto abatidas (ver figura 3). Um pouco a Sul, duas fossas abertas na mesma areia permitiram o despejo de materiais rejeitados durante o processo de fabrico, encontrando-se repletas de espólio cerâmico, junto com alguns troncos e pequenos ramos que não chegaram a ser utilizados nas fornhalhas (DUARTE & RAPOSO 1996) (ver figura 4). Pela análise que destes materiais já foi possível realizar, sabemos que, entre meados do séc. II e, pelo menos, os finais do séc. IV, desta olaria saiu abundante e diversificada loiça doméstica (pratos, malgas, jarros, potes, almofarizes e outros contentores de cozinha e de mesa)

**olaria romana  
da  
QUINTA DO ROUXINOL  
CAMPANHAS  
DE 1986 A 1991**



0 3m

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL - ECOMUSEU

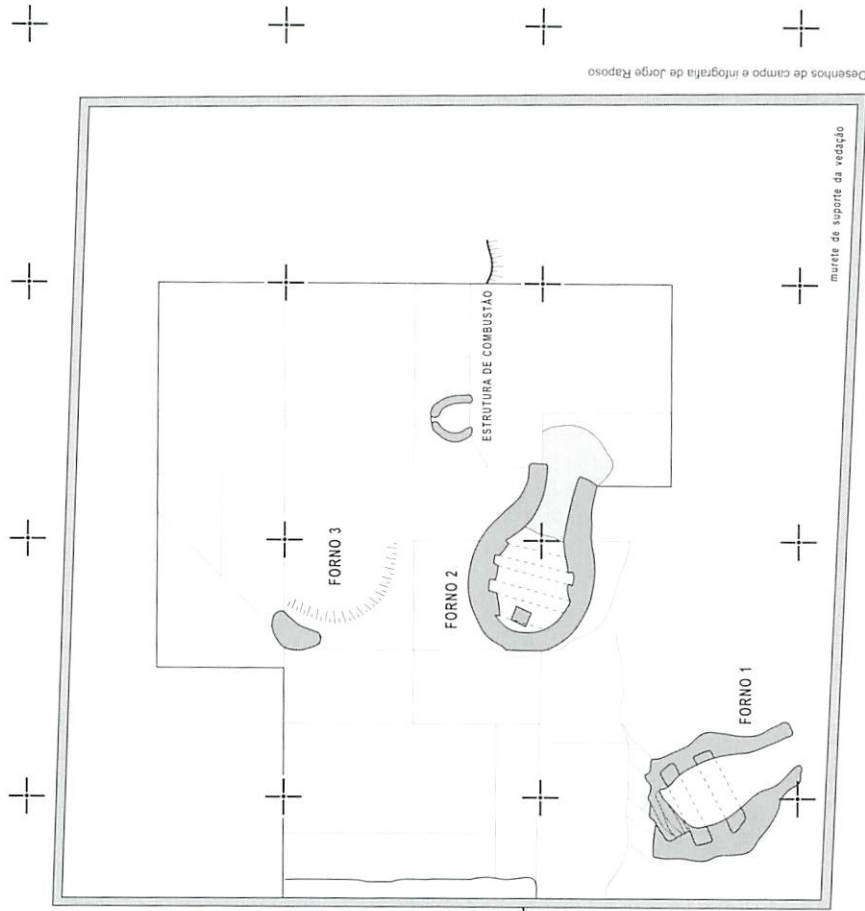


FIGURA 2 – planta geral da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Seixal)



FIGURA 3 – forno 2 da Quinta do Rouxinol. Fase final de escavação, em paralelo com ação de conservação da estrutura

Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada  
– Jorge Raposo



FIGURA 4 – fossa de despejo na Quinta do Rouxinol, aberta na areia até ao nível freático e preenchida com grande quantidade de cerâmica e alguma lenha não consumida nos fornos

Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

e milhares de ânforas, de várias formas, destinadas ao transporte de preparados de peixe e, provavelmente, de vinho. A recolha de moldes em argila indicamos que entre as produções locais se incluíam igualmente as lucernas (RAPOSO, DUARTE & SABROSA 1992a), e o achado residual de fragmentos de outras formas de ânforas indicia trocas comerciais alargadas no contexto da Lusitânia, ou mesmo das províncias Tarraconense ou Bética, por exemplo (RAPOSO & DUARTE 1999). No entanto, a apertada malha de relações sócio-económicas que unificava esse vasto espaço geográfico resulta ainda mais evidente com o achado de alguns numismas<sup>4</sup> e de várias peças de cerâmica fina de mesa importadas do Norte de África — a famosa *terra sigillata* africana que, de meados do séc. III às últimas décadas do séc. V, adquire claro domínio sobre as cerâmicas coevas e se encontra representada no Rouxinol, entre outras, por duas belas taças decoradas em relevo aplicado no bordo, com motivos que representam peixes isolados ou em acção de ingerir animais mais pequenos (RAPOSO & DUARTE 1999).

A decisão de manter as estruturas arqueológicas *in situ* implicou que, logo em 1987, se tomassem medidas imediatas de vedação, cobertura e conservação, que permitiram a exploração pedagógica do espaço e a sua inclusão no programa científico e de animação da Câmara Municipal do Seixal, nomeadamente através do Ecomuseu Municipal (FILIPE 1996). De forma mais ponderada e enquadrada na estratégia de desenvolvimento desse mesmo Ecomuseu, definiram-se gradualmente os princípios orientadores de um programa de valorização da olaria e da sua envolvente que, finalmente, encontrou condições para se materializar através de uma colaboração entre a autarquia e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Com uma primeira fase a concretizar já em 2000, esse programa procurará, em primeiro lugar, respeitar a ruína e a memória da intervenção arqueológica que sobre ela incidiu, enquadrando e realçando a ligação da olaria com o meio físico envolvente. Num segundo momento, prevê-se instalar na zona um espaço expositivo de carácter monográfico, aberto a diversas iniciativas na área da Arqueologia, bem como um conjunto de recursos interactivos ligados à produção de cerâmica, por métodos tradicionais e modernos (RAPOSO & DUARTE no prelo).

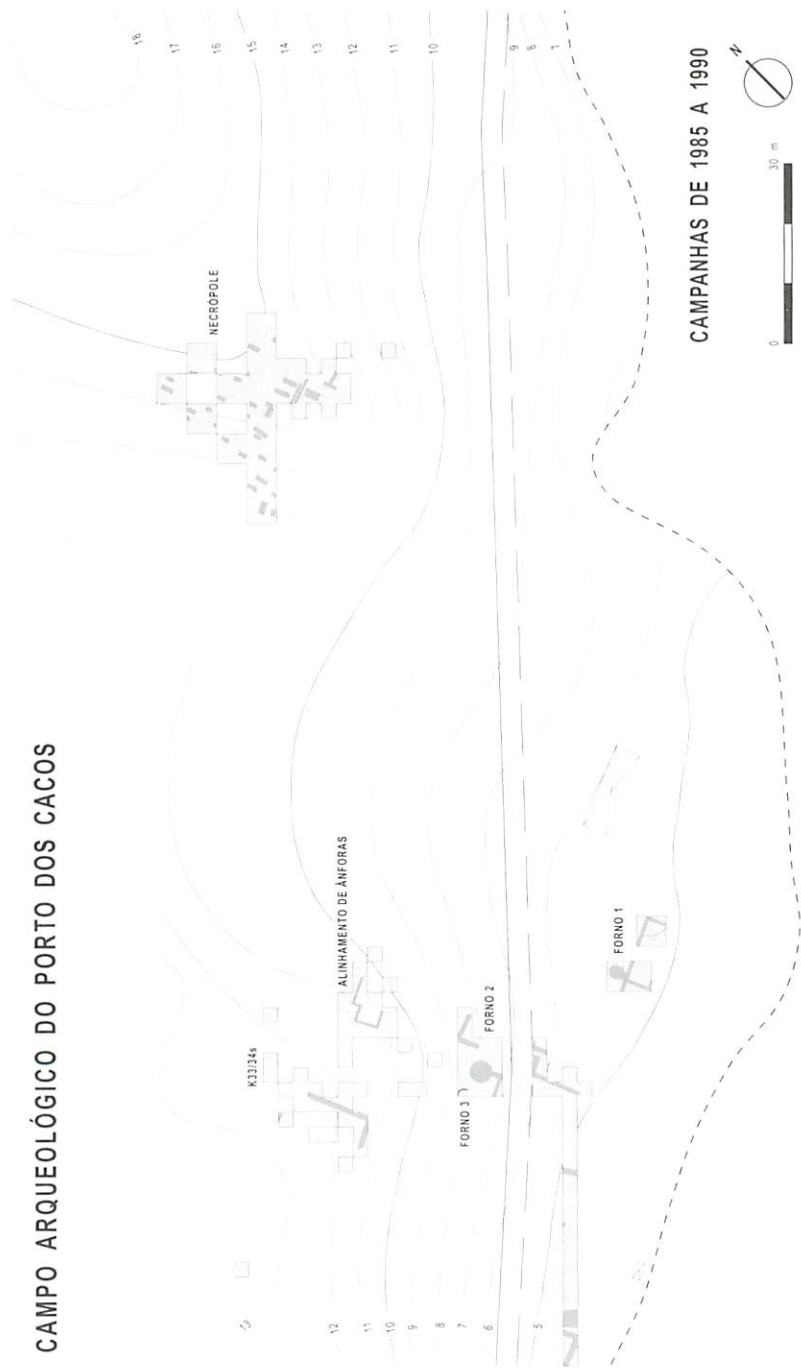
A evolução positiva deste processo foi naturalmente facilitada pela rápida classificação do sítio (Monumento Nacional, como já se disse) e pelo facto do mesmo se localizar em terrenos municipais e relativamente livres de condicionantes urbanas. Infelizmente, de tal sorte não beneficiou o Porto dos Cacos, situado em propriedade privada (Herdade de Rio Frio), em zona de montado bastante desprotegida, e cujo processo de classificação se arrasta

no IPPAR desde inícios de 1994. Por isso, apesar do empenho do Centro de Arqueologia de Almada e da Câmara Municipal de Alcochete, houve que proteger e voltar a cobrir as estruturas detectadas, acautelando a sua preservação e o potencial arqueológico de uma vasta envolvente no âmbito das condicionantes impostas pelo Plano Director Municipal, enquanto se aguarda a conjugação de interesses e recursos públicos e privados que permita encontrar a solução mais adequada à enorme importância científica e patrimonial do local.

De facto, nas margens da Ribeira das Enguias, afluente do Tejo intensamente navegado até há poucas décadas, instalou-se em época romana um verdadeiro “complexo industrial” de produção cerâmica, especializado, tal como a olaria do Rouxinol, no fabrico de loiça doméstica e de ânforas para envase de preparados piscícolas e, provavelmente, de vinho. Contudo, a olaria situada nas imediações do pequeno cais de madeira conhecido por “Porto dos Cacos” (precisamente pela abundância de restos de “bilhas” partidas um pouco por todo o lado) destaca-se pela maior diversidade de formas produzidas e pela cronologia mais lata, uma vez que já estaria activa por meados do séc. I e assim se manteria até, pelo menos, aos inícios do séc. V (ver figura 5). Para além disso, a identificação de 37 enterramentos de uma necrópole cuja dimensão real só conheceremos quando a escavação estiver concluída (RAPOSO 1990; SABROSA 1996) (ver figura 6) constitui uma descoberta que enriquece os elementos relativos à actividade oleira com os indícios de um povoamento constante, que a recolha de materiais de inícios do séc. VIII comprova ter-se prolongado bem para lá da presença romana (RAPOSO 1990).

A prospecção da zona e das suas imediações, embora tenha confirmado um elevado potencial arqueológico<sup>5</sup>, não revelou vestígios materiais desse povoamento, ao nível de estruturas habitacionais, mas a escavação de um pequeno cabeço cerca de 100 metros a Sudoeste da necrópole pôs a descoberto três dos fornos da olaria<sup>6</sup>. Em termos construtivos, o primeiro destes fornos é muito semelhante aos do Rouxinol e dele se conserva igualmente apenas a zona inferior da fornalha e do pequeno corredor de acesso (RAPOSO 1990) (ver figura 7). Os outros dois, contudo, chegaram-nos em melhor estado de conservação e configuram estruturas de planta circular e maior dimensão, dispostas lado a lado. A escavação de um deles revelou toda a fornalha, pavimentada com pequenos blocos de arenito e fragmentos de tijoleira, bem como parte das arcadas e da grelha que estas suportavam e, inclusive, da câmara de cozedura, abobadada e ainda semi-enterrada na areia de base (ver figura 8). Espalhadas pelo fundo, várias taças, potes, jarros, alguidares

# CAMPO ARQUEOLÓGICO DO PORTO DOS CACOS



Desenhos de campo e fotografia — CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

FIGURA 5 – planta geral da olaria e necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete)



FIGURA 6 – Apecto de uma das sepulturas de inumação (n.º 16) da necrópole do Porto dos Cacos, onde, apesar da quase total ausência de espólio ósseo, se visualizam artefactos metálicos e cerâmicos depositados à cintura e junto aos membros inferiores do indivíduo inumado  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 7 – Forno 1 do Porto dos Cacos  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 8 – fornos 2 (à direita) e 3 do Porto dos Cacos  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

e outra loiça doméstica, a par de ânforas também de produção local e de um prato de *terra sigillata*<sup>7</sup>, constituem um conjunto que nos permite colocar o momento de abandono do forno nos finais do séc. IV ou até nas primeiras décadas da centúria seguinte (RAPOSO & DUARTE 1996).

Por entre muros de suporte de terras e de delimitação de compartimentos de apoio à laboração dos fornos, merece ainda referência um dos mais espectaculares achados do sítio, que consiste num alinhamento de 46 ânforas, cuidadosamente posicionadas na vertical e travadas entre si com cacos e barro cru, definindo um espaço que aguarda futuros trabalhos arqueológicos para uma clarificação plena da sua funcionalidade (RAPOSO 1990) (ver figura 9).

Concluída esta primeira fase de intenso trabalho de campo nas olarias romanas do baixo Tejo, que produziu um enorme volume de informação a tratar e interpretar, criou complexos problemas de conservação *in situ* e justificou a cuidadosa ponderação de programas de protecção e valorização dos sítios, as prioridades da investigação foram direccionadas para o estudo das impressionantes colecções cerâmicas fornecidas pela escavação<sup>8</sup>. Pela



FIGURA 9 – Aspecto parcial do alinhamento de ânforas da forma Dressel 14 no Porto dos Cacos  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

sua diversidade e dimensão (ver figuras 10 e 11), estas constituem, de facto, ponto de partida privilegiado para a combinação de múltiplas abordagens da produção oleira em época romana: tipológicas, tecnológicas, cronológicas e de caracterização de fabricos. Particularmente no que respeita às ânforas (ver figura 12), aqui encontramos elementos fundamentais sobre formas destinadas ao transporte a longa distância, a partir da Lusitânia, de conservas e variados preparados de peixe (Dressel 14, Almagro 50 e Almagro 51c) e, eventualmente, ao envase e circulação local de vinho (Lusitana 9 e Lusitana 3).

Embora condicionados pela limitação de meios, os resultados obtidos (RAPOSO 1990; DUARTE 1990; RAPOSO, DUARTE & SABROSA 1992a; RAPOSO, SABROSA & DUARTE 1995; RAPOSO & DUARTE 1996; DUARTE & RAPOSO 1996) justificam um novo incremento desses estudos a partir de 1999, com a aprovação pelo Instituto Português de Arqueologia, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos a desenvolver até 2002, do projecto de investigação *Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e*



FIGURA 10 – Escavação de zona de grande concentração de cerâmica, principalmente fragmentos de ânforas das formas Almagro 50, Almagro 51c e Lusitana 9, na Quinta do Rouxinol  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 11 – Escavação de uma das entulheiras do Porto dos Cacos, na quadrícula K.33-34, onde são abundantes os exemplares de ânforas, principalmente da forma Dressel 14  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

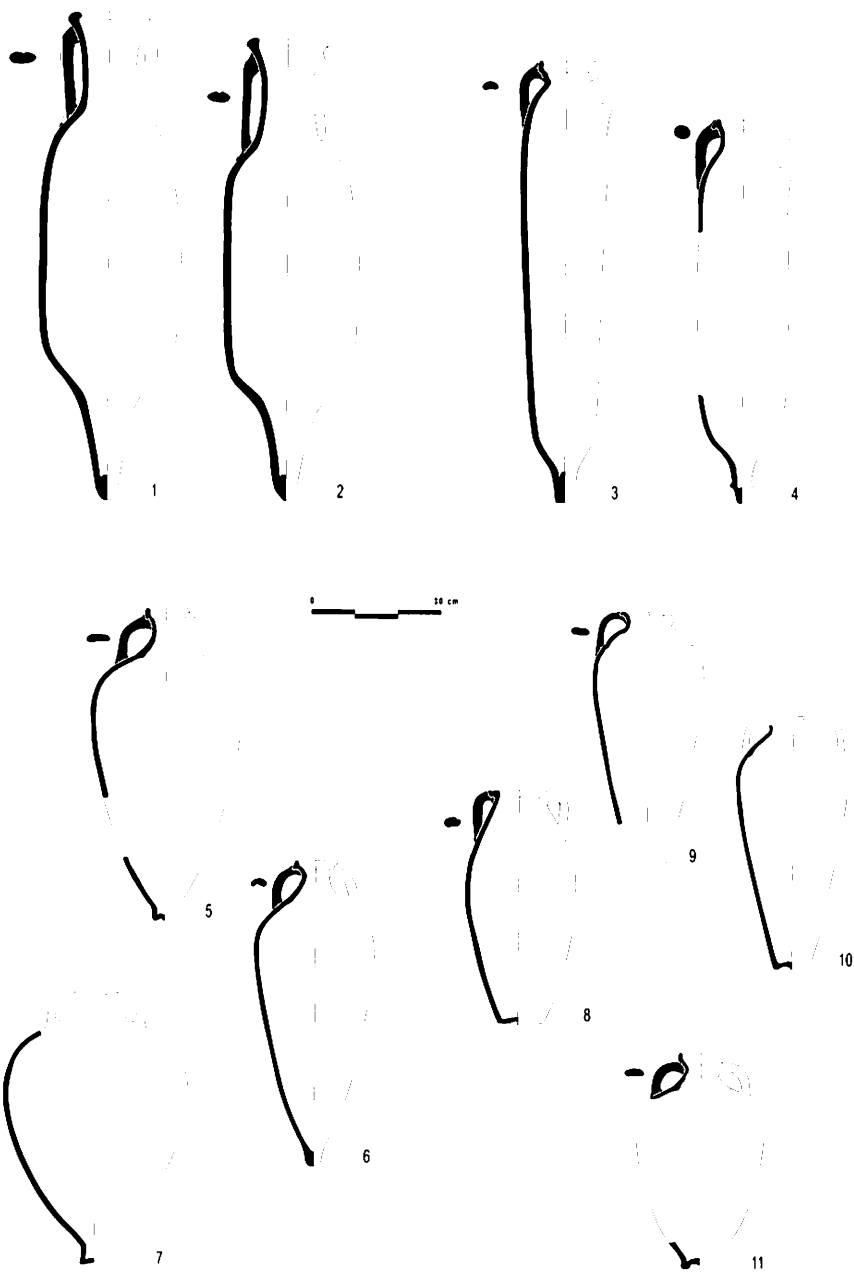


FIGURA 12 – Ânforas romanas do baixo Tejo. Dressel 14 (1 e 2), Almagro 50 (3 e 4), Almagro 51c (5 a 7), Lusitana 9 (8 a 10) e Lusitana 3 (11). As peças com os números 4, 5 e 9 são provenientes da Quinta do Rouxinol, tendo as restantes sido exumadas no Porto dos Caços

*Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*)<sup>9</sup>. Sem esquecer os materiais importados nem a produção local de loiça doméstica ou cerâmica de construção, este projecto privilegiará naturalmente a produção anfórica dos centros oleiros, explorando o seu relacionamento com os materiais de um potencial centro de consumo (as unidades de salga detectadas na Rua dos Correiros, em Lisboa) e o confronto entre a análise formal e tecnológica e a caracterização química de pastas<sup>10</sup>. O desenvolvimento de um modelo de análise estatística multivariada que potencie os resultados da investigação arqueológica e arqueométrica, uma atenção particular às abundantes manifestações epigráficas (GUERRA 1996) e às evidências materiais de continuidades cronológicas, permitirão avançar no sentido da caracterização, quantificação, atribuição cronológica e funcional das formas cerâmicas em presença. Fixado um quadro de referência para as produções do baixo Tejo, clarificar-se-ão aspectos significativos da produção oleira e, de um modo geral, da economia regional e imperial (ao nível da produção, distribuição e consumo), confirmando as potencialidades abertas por este tipo de estudos no que respeita ao conhecimento da história social e económica da Antiguidade.

### **Arqueologia medieval-moderna**

Saltando no tempo quase um milénio mas voltando aos esteiros do Tejo na zona de Corroios, bem próximo da olaria romana da Quinta do Rouxinol (ver figura 13), vejamos agora o que tem resultado da investigação em torno da necrópole da Quinta de S. Pedro, desenvolvida até ao momento em três campanhas arqueológicas, nos anos de 1994, 1996 e 1997.

Embora tenha resistido um pouco mais que a Quinta do Rouxinol, também a Quinta de S. Pedro perdeu gradualmente funções agrícolas, até entrar em acelerado processo de urbanização no início da década de 1990, ao qual escapou apenas a antiga área habitacional e a zona adjacente, que reverteu para o domínio público municipal. No entanto, as terraplenagens, mesmo sem prévia aprovação camarária, aproximaram-se do imóvel o suficiente para atingir as imediações da capela que neste se inseria e, conseqüentemente, alguns dos enterramentos que, aqui como em outros templos de tradição cristã, se acolhiam à sua protecção. A capela há muito encerrara ao culto e as chamadas “leis da saúde”, decretadas no reinado de D. Maria II, conduziram a que a partir de meados do séc. XIX se generalizasse gradualmente o uso dos cemitérios públicos (RAPOSO & DUARTE 1995); os mortos, esses permaneceram no solo que durante séculos se acreditou ser

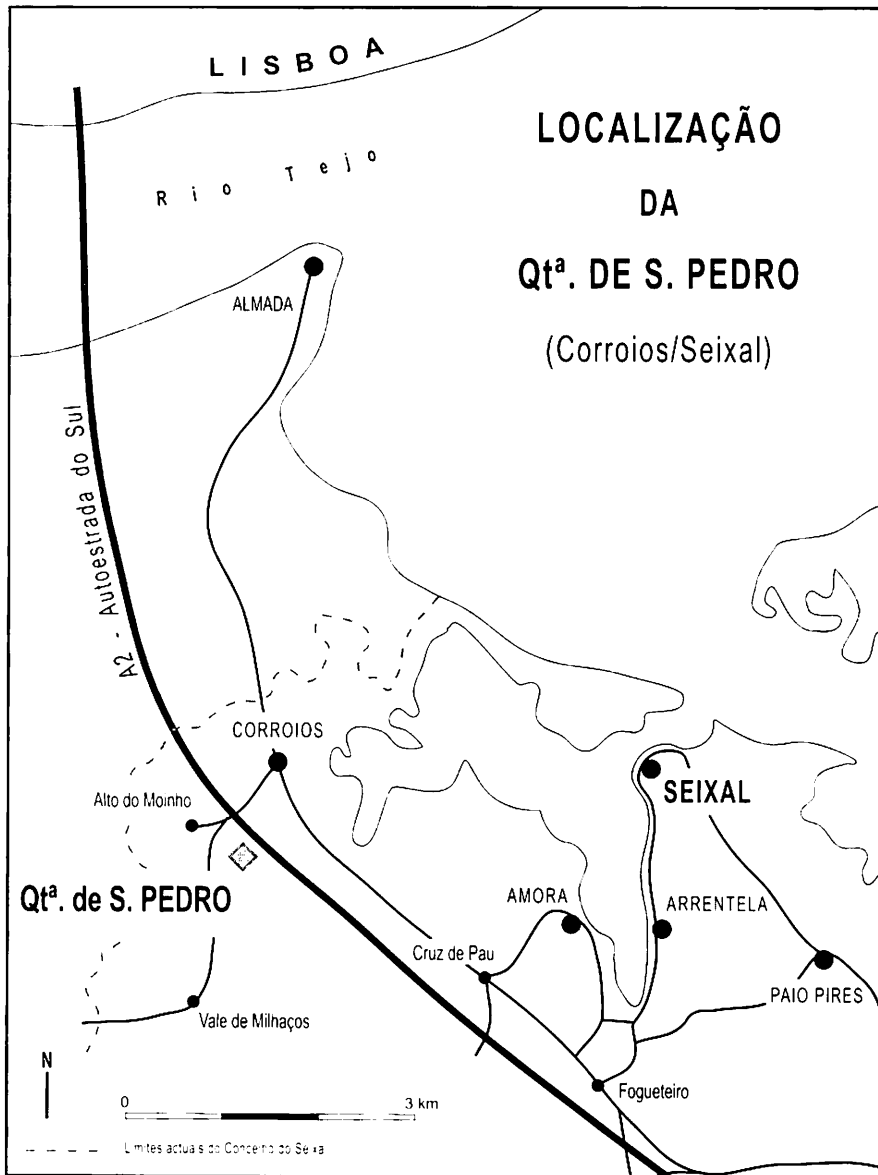


FIGURA 13 – Planta de localização da necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal)

sagrado, até que as retroscavadoras vieram perturbar o seu repouso, removendo indiscriminadamente terras e ossadas enquanto não se reconheceu o interesse histórico e arqueológico do local (ver figura 14).

As máquinas impediram assim que alguma vez venhamos a conhecer a dimensão total da necrópole, mas o que deixaram justificou plenamente a tomada de medidas de salvaguarda e o desenvolvimento de uma escavação arqueológica que visou minimizar os riscos de maior dano com o iminente abatimento de parte do gigantesco talude entretanto criado e, num plano menos imediato, delimitar a área de enterramentos não afectada, proceder ao seu enquadramento cronológico e caracterizar as práticas sociais associadas. Para além de ilustrar as atitudes perante a morte numa época sobre a qual, a nível regional, se conhece tão pouco, tornou-se desde logo evidente que a Quinta de S. Pedro oferecia ainda o aliciante de encerrar importante informação de carácter antropológico e demográfico, preservada numa amostra através da qual seria possível chegar a indicadores como a esperança média de vida ou a taxa de mortalidade infantil e identificar patologias, características físicas e hábitos alimentares e ocupacionais da população na baixa Idade Média e nos alvares dos tempos modernos.



FIGURA 14 – Aspecto da Quinta de S. Pedro e das escavações arqueológicas na necrópole sobranceira ao talude criado pelas terraplenagens

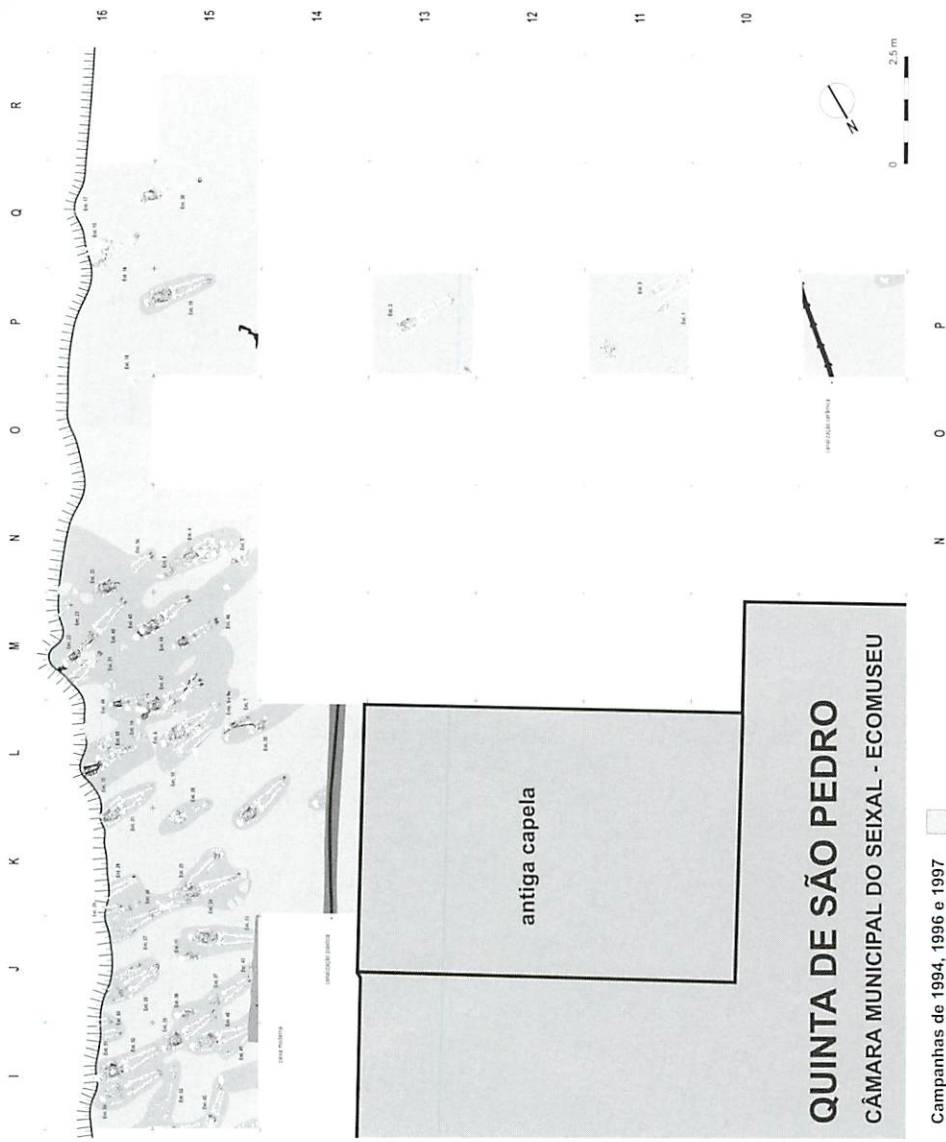
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

Os trabalhos de campo (RAPOSO & DUARTE 1995 e 1998) incidiram prioritariamente sobre a zona ameaçada pelo recuo do talude, onde já eram visíveis vários enterramentos parcialmente mutilados, e permitiram verificar que os corpos foram depositados em simples covas abertas na areia de base segundo a orientação clássica das sepulturas cristãs, com os pés virados a Nascente e a cabeça a Poente (ver figura 15). O achado ocasional de alfinetes em bronze faz supor que estes foram apenas envoltos num sudário, antes de serem colocados em posição de decúbito dorsal, isto é, deitados de costas no solo, com as pernas unidas e esticadas e os braços cruzados sobre o peito ou o ventre<sup>11</sup>.

Seja pela falta de espaço, seja por vontade expressa de reunir familiares numa última morada, várias dessas covas sobrepõem-se ou foram reutilizadas, apresentando no momento do achado mais de um indivíduo e, ainda, as ossadas dispersas dos que os precederam<sup>12</sup> (ver figura 16). A disposição de alguns dos enterramentos sugere mesmo que terão sido depositados na mesma ocasião, revelando eventuais relações de parentesco entre os indivíduos inumados<sup>13</sup>.

No seu conjunto, a escavação revelou até ao momento 69 indivíduos (13 permanecem no terreno, devidamente protegidos, aguardando o alargamento da área escavada), aos quais devem somar-se, no mínimo, 73 outros cuja presença é atestada nos ossários das várias covas de enterramento (CUNHA *et al.* 1994; LOPES 1998 e 2000). Embora encerre ainda muita informação a investigar em campanhas posteriores, esta necrópole forneceu já, sem dúvida, uma das maiores amostras em estudo para contextos portugueses, possibilitando às equipas de Arqueologia e de Antropologia Biológica<sup>14</sup> confirmar as potencialidades de uma cooperação que interessa desenvolver e ampliar, não só por colmatar uma lacuna da história local dificilmente preenchível com recurso a outras fontes, mas também porque é uma das primeiras experiências onde a informação paleobiológica assenta em sólido enquadramento arqueológico, permitindo que os resultados ultrapassem o âmbito local e se enquadrem no estudo mais geral de um período que poderemos situar entre meados do séc. XIII e as primeiras décadas do séc. XVII.

De facto, os principais elementos de datação de que dispomos até ao momento são constituídos pelos numismas encontrados em associação directa com os enterramentos ou dispersos nas camadas estratigráficas que se lhes sobrepunham<sup>15</sup> (ver figura 17). Se, na campanha de 1994, as sete moedas recolhidas em contexto arqueológico bem definido eram todas *ceitis* cunhados no reinado de D. Afonso V (1438-1481) (RAPOSO & DUARTE 1995)<sup>16</sup>,



Desenhos de campo e infografia de Jorge Raposo

Campanhas de 1994, 1996 e 1997

**escala 1/20**

FIGURA 15 – planta geral da necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (campanhas de 1994, 1996 e 1997)



FIGURA 16 – aspecto da necrópole da Quinta de S. Pedro, quadrícula I.15, onde se observa a sobreposição de diversas covas de enterramento, abertas na areia de base  
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo



FIGURA 17 – recolha de *meio real* de D. João I (1385-1433) na mão direita do enterramento 24 (quadrícula K.15)  
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

o alargamento dos trabalhos em 1996 permitiu juntar a outro *ceitil* e a um *meio real preto* do mesmo monarca moedas de cronologia mais antiga, nomeadamente um *meio real preto* de D. Duarte (1433-1438), um *meio real* e dois *reais pretos* de D. João I (1385-1433) e, pela primeira vez, um *dinheiro* da primeira dinastia, muito provavelmente dos reinados de D. Dinis (1279-1325) a D. Pedro I (1357-1367)<sup>17</sup>, indiciando que a prática funerária poderia remontar ao séc. XIV<sup>18</sup>. Já na campanha de 1997, continuam abundantes as moedas de D. Afonso V (onze), mas comprova-se o recuo para o início da segunda dinastia (dois *reais* e dois *meios reais* de D. João I), e mesmo para a primeira, com a recolha de 16 *dinheiros* que se distribuem pelos reinados de D. Afonso III (1248-1279), de D. Dinis, na sua maioria, e, provavelmente, de D. Pedro I<sup>19</sup>.

No que respeita ao limite inferior, parece assim claro que os enterramentos da Quinta de S. Pedro, nomeadamente num núcleo mais próximo da que teria sido a sua capela, poderão ter-se iniciado por meados do séc. XIII, a partir do reinado de D. Afonso III. Atente-se a que as fontes escritas agora complementadas com esta informação de carácter arqueológico já permitiam remontar a existência da capela da Quinta de S. Pedro a, pelo menos, meados do séc. XIV<sup>20</sup>.

Quanto ao limite superior, e para além dos indicadores seguros obtidos para a segunda metade do séc. XV (D. Afonso V), em 1996 identificou-se um *ceitil* provavelmente cunhado no reinado de D. João III (1521-1557), e em 1997 um outro de D. João II (1481-1495), enquanto achados superficiais da campanha de 1994 tinham já permitido registar um *ceitil* de D. Manuel I (1495-1521) e um *real* de D. Sebastião (1557-1578). Dados preliminares, a confirmar com o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, permitem supor que esta continuidade de utilização do espaço como necrópole não ultrapasse os meados do séc. XVII, uma vez que as faianças desse período surgem na camada que sobrepõe as covas de enterramento mas não no enchimento destas<sup>21</sup>.

Para além dos elementos atrás referidos para a antropologia funerária, ao nível da tipologia dos enterramentos, é, pois, para este período, que dispomos já de uma amostra com alguma representatividade da população enquanto viva, ao nível da sua caracterização genérica (paleodemografia) e das possibilidades de análise morfológica e paleopatológica dos indivíduos que a compõem (CUNHA *et al.* 1994; CUNHA 1995; LOPES & CUNHA 1998; LOPES 1998 e 2000). Os dados disponíveis apontam assim para que esta seria composta, na generalidade, de pessoas “*muito robustas e de estatura média, [...] com uma dieta rica em hidratos de carbono*”, que padeceram “*de várias*

doenças [...], com uma incidência particularmente elevada de patologias degenerativas”. Conclui-se então “que todo o padrão se ajusta cada vez mais a uma população em que a actividade física intensa era a regra, adaptando-se à ideia inicial de que se tratam dos trabalhadores rurais da Quinta de S. Pedro” (LOPES 2000).

Também os casos particulares se revelam interessantes, na medida em que se reconhecem entre os indivíduos sepultados na Quinta de S. Pedro malformações ósseas particularmente raras e algumas das manifestações mais antigas de doenças como a poliomielite ou a tuberculose, por exemplo<sup>22</sup> (ver figuras 18 e 19). Esta última situação alerta-nos, inclusive, para uma linha de investigação que poderá trazer novos elementos ao debate que ainda hoje leva a comunidade científica a discutir se a eclosão da doença em humanos poderá ter origem no contacto com o gado bovino.

Aqui, como em várias outras questões, a escassez de informação sobre a actividade agrícola na zona para o período que nos interessa apenas reforça a necessidade de aprofundar a investigação histórica que, na medida do



FIGURA 18: fase de escavação do enterramento 6 (quadrícula L.15), um indivíduo adulto do sexo masculino que terá falecido com cerca de 60 anos e apresenta a particularidade de ter sido depositado com os membros inferiores cruzados. O estudo paleobiológico veio a revelar a existência de patologias oral, articular e não articular, infecciosa e traumática e, ainda, problemas de crescimento e sinais de *stress*. Destaque-se o diagnóstico de uma das mais antigas manifestações conhecidas de poliomielite

Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo



FIGURA 19 – fase de escavação dos enterramentos 19 (em baixo, na quadrícula P.15-16) e 16 (parcialmente destruído pelo talude, na quadrícula Q.16). O primeiro, um homem de 25 a 30 anos, apresentava malformações ósseas e problemas de crescimento cujo estudo merece particular interesse, enquanto no segundo, uma mulher de 19 a 24 anos, parece estar atestada uma precoce manifestação de tuberculose

Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

possível, contribua para contextualizar os dados arqueológicos e antropológicos. De facto, se recuarmos para as fontes escritas mais antigas que conhecemos, as cartas de foral concedidas a Almada (em cujo termo se integrava a Quinta de S. Pedro) por D. Afonso Henriques e por D. Sancho I (em 1170 e 1190, respectivamente), encontramos apenas referência a vinha, olival, pomares e cultivo de cereais de pão (trigo e milho)<sup>23</sup>. Várias cartas de renda e aforamentos do séc. XV mencionam igualmente vinhas, lagares e adegas e o foral de D. Manuel I, em 1513, volta a destacar o trigo e a vinha, num território que continuaria dominado pela charneca e pela floresta<sup>24</sup>. Plantação da vinha, extracção do sal e exploração da lenha seriam, aliás, os “*três elementos da vida rural*” de que advém “*a antiga fortuna da Margem Sul do Estuário do Tejo*”<sup>25</sup>. Sendo certo que as características do território parecem adequar-se apenas à criação de ovinos e caprinos (e mesmo essa sem grande expressão), a verdade é que a carta de foral de 1190, a que já aludimos, estabelece valores de portagem na travessia do Tejo a pagar por veados, vacas, cabras, porcos e carneiros, assim como medidas a tomar relativamente a reses transviadas. E já a carta de 1170 mencionava a obrigatoriedade de pagamento da “alfitra” e do “azaqui” (do árabe *al-fitrâ* e *az-zaká*, respectivamente), impostos sobre os quais divergem as interpretações de diferentes autores, mas que se presume terem incidido sobre os gados<sup>26</sup>.

Ou seja, independentemente do ângulo de abordagem, a intervenção em curso na necrópole da Quinta de S. Pedro, iniciada com carácter de resposta de emergência a uma situação de destruição iminente, evoluiu para uma fase em que é possível e desejável desenvolver uma investigação planificada e multidisciplinar, espera-se que doravante num ritmo mais consentâneo com a importância das conclusões preliminares, para que em breve se atinjam os resultados finais que estas permitem antever.

## Notas finais

Para concluir, espera-se que esta breve síntese de dois projectos de investigação em curso na margem esquerda do estuário do Tejo e, particularmente, na área do concelho do Seixal, tenha ilustrado como a Arqueologia, principalmente quando estabelece pontes com outras áreas de produção de conhecimento (seja na relação com os estudos arqueométricos, seja, de um modo mais geral, na interdisciplinaridade com os campos da História e da Antropologia, só para nos cingirmos aos exemplos aqui tratados), pode constituir uma potente ferramenta no sentido da aproximação

possível a um Passado que não é senão um imenso *continuum* ao longo do qual se entrecem as raízes do Presente que hoje somos e do Futuro que outros virão a ser.

Espera-se também que as palavras ditas (e agora escritas) tenham evidenciado como esse processo dinâmico e amplamente diacrónico deixa marcas, nas instituições e nos sistemas de representações dos grupos sociais, nos artefactos que acompanham o seu quotidiano e, até, gravadas nos ossos de quem os produziu ou usou. Essas marcas estão aí, muitas vezes debaixo dos nossos pés, aguardando apenas que nós ou quem se nos siga, com profissionalismo e não sem alguma emoção, as saibamos respeitar e libertar dos sedimentos com que o tempo as cobriu, de modo a ler aquilo que tem para nos dizer este grande livro de História, que tantas gerações antes de nós ajudaram a escrever.

## Notas

<sup>1</sup> Coordenado por uma equipa em que se integrava o autor e, ainda, Ana Luísa Duarte, Clementino Amaro, Luís Barros (numa primeira fase) e Armando Sabrosa (na parte final).

<sup>2</sup> Instituição que viria a dar origem aos actuais Instituto Português do Património Arquitectónico (que manteve o acrónimo IPPAR) e Instituto Português de Arqueologia (IPA).

<sup>3</sup> Mandado construir pelo Condestável Nuno Álvares Pereira, em 1403, este moinho é a mais antiga unidade de moagem tradicional pela energia das marés instalada no estuário do Tejo. Felizmente, pôde manter-se em funcionamento até aos nossos dias, agora como núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal.

<sup>4</sup> Cunhados em nome de Maximus (235-238), de Constantino I (307-337) e de Constantino II (337-340).

<sup>5</sup> Próximo do Porto dos Cacos, junto à Ponte de Caparica, são visíveis vestígios de um eventual forno e a poucos quilómetros, em Vale da Palha, observa-se outra estrutura do mesmo tipo, bem como grandes concentrações de cerâmica romana.

<sup>6</sup> O mapeamento magnético da zona adjacente aos fornos, da responsabilidade de uma equipa do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, revelou, com boa margem de segurança, um quarto forno, bem como três outros dipolos magnéticos que a escavação arqueológica deverá investigar (MATIAS 1992).

<sup>7</sup> Importado do Norte de África em período que a bibliografia especializada permite balizar entre os anos 325 e 400 a 420 (forma Hayes 61a).

<sup>8</sup> Logo que se tornou evidente a importância e o potencial arqueológico dos sítios que tínhamos em mãos, cedo defendemos que, principalmente no caso do Porto dos Cacos, eram necessários meios complementares de investigação e conservação, sem os quais a simples escavação seria inconsequente do ponto de vista da produção de resultados científicos e perniciososa para a conservação dos contextos que o terreno preservava tantos séculos. Infelizmente, não foi possível reunir as condições que permitissem afectar ao projecto uma equipa correctamente dimensionada e dotada dos indispensáveis meios logísticos e financeiros, nem garantir as vontades institucionais para o desenvolvimento de um programa de valorização do sítio. Assegurando que o sítio não corria risco imediato e que seria devidamente salvaguardado ao nível do planeamento e ordenamento do território, tomámos, por isso, a difícil mas consciente decisão de interromper as escavações após a campanha de 1990.

<sup>9</sup> Identificado pelo acrónimo ORESt, este projecto é institucionalmente enquadrado pelo Centro de Arqueologia de Almada e pela Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu, sendo coordenado por uma equipa onde se integra o autor e ainda Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Ana Luísa Duarte, Armando Sabrosa e Jacinta Bugalhão.

<sup>10</sup> Sendo certo que as ânforas assumem particular relevo no âmbito dos estudos cerâmicos centrados na época romana, a crescente diversidade de linhas de investigação e de contextos arqueológicos identificados no espaço do antigo Império ou em regiões que com este mantinham contactos, ilustra bem uma realidade complexa, onde à vastidão de horizontes geográficos se alia a uma ampla diacronia. Por isso, a experiência acumulada pela comunidade científica portuguesa e internacional aponta claramente no sentido da necessidade de paralelismo entre a análise formal das peças, o estudo da tecnologia envolvida no seu fabrico e a caracterização da matéria-prima envolvida. Atendendo a esta problemática, iniciou-se em 1990, no âmbito do actual Instituto Tecnológico e Nuclear, a caracterização das pastas de ânforas do baixo Tejo, usando para tal uma metodologia de activação por neutrões térmicos e análise estatística de descritores de natureza química que se veio a revelar extremamente potente (CABRAL, GOUVEIA e MORGADO 1995 e 1996).

<sup>11</sup> Constituem excepção a esta regra os enterramentos 6, 31 e 36, todos adultos (quadrículas L.15, K-L.16 e P.15-16, respectivamente), que nos surgem com as pernas esticadas mas cruzadas uma sobre a outra, e o enterramento 14, uma criança deposta lateralmente sobre o lado direito (L.16).

<sup>12</sup> O exemplo típico ocorre na quadrícula N.15, onde o enterramento 8 (uma mulher de 25 a 30 anos) surge sobreposto pelo enterramento 4 (um homem de 20 a 25 anos) e por um ossário onde o estudo antropológico permite identificar, no mínimo, outros sete adultos e oito crianças (CUNHA *et al.* 1994).

<sup>13</sup> É o caso dos enterramentos 1 e 2 (quadrícula P.11), duas mulheres com, respectivamente, 44 a 46 anos e 25 a 30 anos à data da morte, colocadas lado a lado. É o caso, também, na quadrícula L.15, dos enterramentos 9 (criança de seis a 12 meses) e 9a (criança de quatro a sete anos), depositados junto ao enterramento 10 (uma mulher de aproximadamente 35 anos). É o caso, ainda, dos enterramentos 44 e 45 (quadrícula M.15-16), onde um homem de 40-50 anos foi sobreposto a outro de 23-30 anos, numa operação onde houve até o cuidado de introduzir alguns fragmentos de cerâmica entre os dois crânios, para facilitar o descanso da cabeça do mais velho.

<sup>14</sup> Os trabalhos arqueológicos, enquadrados pela Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu e apoiados pelo Centro de Arqueologia de Almada, foram dirigidos pelo autor e por Ana Luísa Duarte, enquanto o estudo paleobiológico dos enterramentos é da responsabilidade de uma equipa do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, coordenada por Eugénia Cunha, onde se integram também Ana Luísa Santos, Ana Maria Silva, Célia Lopes e Cláudia Umbelino.

<sup>15</sup> Em 2000, está prevista a datação directa pelo método do carbono 14 de um primeiro conjunto de enterramentos da Quinta de S. Pedro, de modo a que se possa balizar com mais rigor o enquadramento cronológico agora proposto.

<sup>16</sup> Em associação directa com os enterramentos, encontrámos um desses *ceitis* sob o crânio do enterramento 9 (uma criança de seis a doze meses), outro junto ao fémur direito do enterramento 8 (mulher de 25 a 30 anos), um terceiro debaixo da omoplata do enterramento 4 (homem de 20 a 25 anos) e, por fim, mais dois por entre o ossário que se dispunha ao redor e sobre os membros inferiores desta última inumação.

<sup>17</sup> A imprecisão na classificação de algumas moedas resulta de dificuldades de leitura provocadas pelo seu estado de conservação ou por estarem incompletas. Neste caso concreto, o estado do exemplar recolhido na Quinta de S. Pedro não permite retirar todas as dúvidas face a cunhagens semelhantes efectuadas até ao reinado de D. Pedro I (1357-1367). É de toda a justiça referir aqui que, para a classificação deste e de outros numismas, contámos com a colaboração do arqt<sup>o</sup>. João Paulo Santos, a quem renovamos a manifestação do nosso agradecimento.

<sup>18</sup> Um dos *reais pretos* e o *meio real* de D. João I foram recolhidos nas mãos de enterramentos escavados (com os números 13 e 24, respectivamente).

<sup>19</sup> Um dos *ceitis* de D. Afonso V estava na mão do enterramento 30 (uma criança que não teria mais de dois meses), três outros na cova do enterramento 46 (criança de cerca de dez anos) e um na do

enterramento 35 (outra criança, de 3 a 5 anos), um *meio real preto* deste mesmo monarca e um *real preto* de D. João I foram recolhidos entre o ossário que cobria o enterramento 55 (criança de sete a nove anos) e, por fim, um *real* cunhado neste último reinado também integrava a cova do enterramento 36 (homem de 30 a 40 anos), enquanto boa parte dos *dinheiros* da primeira dinastia se dispersava pela de um outro ainda não levantado (porque se prolonga para zona não escavada).

<sup>20</sup> Ver ANTUNES, Luís Pequito (1993) – “A Ordem de Santiago em Almada nos Séculos XII a XIV”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 2: 104-110; RAPOSO e DUARTE 1995: 27.

<sup>21</sup> Estão representados pequenos fragmentos de pratos e tigelas esmaltadas a branco e decoradas com filete azul junto ao bordo ou com motivos geométricos mais elaborados (característicos dos finais do séc. XVII e do séc. XVIII), ou, mais raramente, com elementos vegetalistas estilizados em azul e manganês (tipo “mosca”), de meados do séc. XVII a meados do seguinte. A par de loiça doméstica (panelas, nomeadamente) de pasta negra e grosseira, reconhecem-se pedaços de púcaros de pasta fina e avermelhada, cerâmica vidrada em vários tons de verde e de castanho-mel e alguma porcelana.

<sup>22</sup> O caso de poliomielite foi detectado no enterramento 6, um homem de cerca de 60 anos, e motivou a apresentação de comunicação a reunião científica da especialidade (ver UMBELINO, CUNHA e SILVA 1995), enquanto os outros dois, verificados respectivamente nos enterramentos 19 e 16 (um homem de 25 a 30 anos e uma mulher de 19 a 24 anos), justificaram a exibição de *posters* em eventos similares – “Talocalcaneal Coalition and Growing Problems in a Late Medieval Portuguese Individual”, por Célia Lopes e Eugénia Cunha, no *V Congresso Nacional de Paleopatologia de Espanha* (29 de Abril a 2 de Maio de 1999, Alcalá la Real, Jaén, Espanha); “A Possible Case of Tuberculosis on a Medieval Farm in Corroios”, pelas mesmas autoras e Ana Luísa Santos, no *26th Annual Meeting of the American Association of Physical Anthropologists* (Abril de 1999, Columbus, Ohio, EUA).

<sup>23</sup> FLORES, Alexandre M. e NABAIS, António J. (1983) - *Os Forais de Almada e Seu Termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*. Seixal: C. M. Seixal e C. M. Almada.

<sup>24</sup> NABAIS, António J. (1982) - *História do Concelho do Seixal. Cronologia*. 2ª ed. Seixal: C. M. Seixal; NABAIS, António J. (1984) - “A Margem Sul do Estuário do Tejo Durante a Expansão Portuguesa: aspectos económicos”. *Al-madan*. Almada. Iª Série. 2: 49-65.

<sup>25</sup> CRUZ, Maria Alfreida (1973) — *A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*. Montijo: s.e.

<sup>26</sup> FLORES e NABAIS, *ob. cit.*

## **Bibliografia sobre a romanização da margem esquerda do estuário do Tejo**

ALARCÃO, Adília & MAYET, Françoise, eds. (1990) — *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Conímbriga/Paris: Museu Monográfico de Conímbriga/Diff. E. de Boccard

AMARO, Clementino (1990) — “Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias”. In ALARCÃO & MAYET: 71-85.

CABRAL, J. M. Peixoto; GOUVEIA, M. Ângela e MORGADO, Isabel (1995) — “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: II — Qtª. do Rouxinol”. *Conímbriga*. Coimbra. 32-33 (1993-1994): 191-200.

CABRAL, J. M. Peixoto; GOUVEIA, M. Ângela & MORGADO, Isabel (1996) — “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: I - Porto dos Cacos”. In FILIPE & RAPOSO: 301-322.

- DUARTE, Ana Luísa C. (1990) — “Quinta do Rouxinol: a produção de ânforas no vale do Tejo”. In ALARCÃO & MAYET: 96-115.
- DUARTE, Ana Luísa C. e RAPOSO, Jorge M. C. (1996) — “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”. In FILIPE & RAPOSO: 237-247.
- FILIPE, Graça (1996) — “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol: um museu de sítio num parque histórico-natural”. In FILIPE & RAPOSO: 397-400.
- FILIPE, Graça & RAPOSO, Jorge M. C., coords. (1996) — *Ocupação Romana na Margem Esquerda dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal (*Nova Enciclopédia*, 53).
- GUERRA, Amílcar (1996) — “Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacós (Alcochete)”. In FILIPE & RAPOSO: 267-282.
- MATIAS, Manuel Senos (1992) — “Prospecção Magnética em Porto dos Cacós”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 1: 13-14.
- RAPOSO, Jorge M. C. (1990) — “Porto dos Cacós: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO e MAYET: 117-151.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1994) — “Produção de Ânforas no Vale do Tejo: as olarias romanas da margem esquerda”. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Sociedade Lisboa 94, pp. 229-231.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1996) — “O Forno 2 do Porto dos Cacós (Alcochete)”. In FILIPE e RAPOSO: 249-265.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1999) — “Duas Taças de *Terra Sigillata* Africana na Quinta do Rouxinol”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 8: 75-86.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (no prelo) — “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol: investigação arqueológica e valorização patrimonial no concelho do Seixal”, *Actas das 1ªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Câmara Municipal do Barreiro.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1992a) — “Anforas lusitanas: los alfares del Tajo”. *Revista de Arqueologia*. Madrid. 134: 36-45.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1992b) — “Anforas lusitanas: los alfares del Tajo”. *Rivista di Archeologia*. Roma. Ano XVI: 97-107.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1997) — “A Olaria do Porto dos Cacós (Alcochete)”. In *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 60-61.
- RAPOSO, Jorge M. C.; SABROSA, Armando J. G. & DUARTE, Ana Luísa C. (1995) — “Ânforas do Vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacós (Alcochete)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* Porto. 35 (3): 331-352.
- SABROSA, Armando J. (1996) — “Necrópole Romana do Porto dos Cacós (Alcochete)”. In FILIPE & RAPOSO: 283-300.
- SANTOS, Vitor M.; SABROSA, Armando J. & GOUVEIA, Luís A. (1996) — “Carta Arqueológica de Almada: elementos da ocupação romana”. In FILIPE & RAPOSO: 225-236.

## **Bibliografia sobre a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Corroios/Seixal)**

- CUNHA, Eugénia (1995) — “Contribuição da Paleobiologia para o Conhecimento dos Habitantes da Zona de Corroios (Seixal) nos Séculos XV e XVI”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 4: 34-40.
- CUNHA, Eugénia *et al.* (1994) — *Relatório Antropológico do Espólio Humano Exumado da Quinta de S. Pedro*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (1998) — *Relatório Antropológico do Material Exumado da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), Durante a Campanha de Escavação de 1996*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (2000) — *Estudo Antropológico dos Restos Humanos Exumados da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), na Campanha de Escavações de 1997. Primeira Parte: enterramentos*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (2000) — *Estudo Antropológico dos Restos Humanos Exumados da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), na Campanha de Escavações de 1997. Segunda Parte: ossário*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia & CUNHA, Eugénia (1998) — “Necrópole da Quinta de S. Pedro: análise antropológica de uma série do século XV”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 7: 37-44.
- RAPOSO, Jorge M. C. e DUARTE, Ana Luísa (1995) — “Intervenção Arqueológica na Qt.ª de S. Pedro (Corroios)”. *Al-madan*. Almada. 4 (IIª Série): 26-33.
- RAPOSO, Jorge M. C. e DUARTE, Ana Luísa (1998) — “Quinta de S. Pedro: breves notas sobre a segunda campanha de trabalhos arqueológicos”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 7: 38.
- UMBELINO, C., CUNHA, E. & SILVA, A. M. (1995) — “A Possible Case of Poliomyelitis in a Portuguese Skeleton From the End of the 15th Century”. In PEREZ-PÉREZ (ed.). *Salud, Enfermedad y Morte en el Pasado: consecuencias biológicas del estrés y la patología* (Actas do III Congreso Nacional de Paleopatología, Barcelona, Setembro de 1995). Barcelona: Romargraf, pp. 229-235.